

AO POVO BRASILEIRO

E AOS GOVERNOS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

Por mudanças no modelo agrícola: para que todos tenham terra, condições de produção, emprego e renda no meio rural. E alimentos saudáveis para toda a população.

Os movimentos sociais da Via Campesina: Comissão Pastoral da Terra(CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB), Movimento dos Pescadores e Pescadoras, Quilombolas, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Sindicato dos Trabalhadores na EMBRAPA, CIMI Conselho Indigenista Missionário e diversos movimentos do campo, estamos mobilizados em todo o país, para debater com a sociedade e com os governos, municipal, estadual e Federal, para exigir mudanças no modelo agrícola e apresentar propostas para a agricultura brasileira.

O modelo do agronegócio é o jeito das grandes

empresas estrangeiras controlarem a produção e o comércio de nossa agricultura, dos bancos ganharem dinheiro, em aliança com os grandes proprietários de terra e apoiados pela mídia. Ele concentra a produção, a propriedade da terra, expulsa os trabalhadores do campo, só produz para exportação, usa de forma intensiva venenos e máquinas, e desequilibra o meio ambiente. É um modelo apenas para dar lucro para alguns, enquanto a maioria da população paga o preço. Por isso, o Brasil é o maior consumidor mundial de venenos!

Nós defendemos um novo modelo agrícola, baseado na agricultura familiar, camponesa, que fixe as pessoas no meio rural, garanta terra, gere emprego e renda.

Para isso, os governos precisam implementar urgentemente:

1 A desapropriação dos grandes latifúndios improdutivos, muitos em mãos do capital estrangeiro, e distribuir para assentamento das milhares de famílias acampadas. Além de garantir um plano de assentamento de 100 mil famílias por ano.

2 Uma nova política de crédito rural, mais acessível aos pequenos agricultores, diferente do PRONAF. Começando pela anistia de todos os que devem até dez mil reais por família e renegociação das dívidas.

3 Apoio à educação no campo. Proibição de fechamento de qualquer escola no meio rural. Instalar escolas de ensino fundamental, ensino médio e IFETs, garantia de 10% do PIB nacional aplicado em educação e 50% de toda renda do petróleo do pré-sal.

4 Proibição do uso de agrotóxicos e garantia de produção de alimentos saudáveis para população (vide no verso)

5 Que o governo coloque recursos e transforme a CONAB numa gran-

de empresa que compre todos os alimentos produzidos pela pequena agricultura.

6 Que se garanta a democratização da gestão pública na Embrapa e se priorize pesquisas e políticas voltadas ao interesse do povo brasileiro, de alimentos e da agricultura familiar e camponesa.

7 Não podemos aceitar as mudanças propostas no Código Florestal, aprovadas na câmara no projeto Aldo Rabelo. Exigimos que o senado atenda as demandas dos movimentos, da sociedade e convoque um plebiscito popular para decidir. Em defesa do meio ambiente, para nossa saúde e das gerações futuras. Não precisamos desmatar mais nada para seguir aumentando a produção.

8 Que o governo revise a política de tarifas de energia elétrica e de gás de cozinha e implemente uma política de estímulo à medidas populares de produção e economia de energia. Queremos que a população receba

gás de cozinha abaixo de R\$ 20,00/botijão (antes da privatização estava a R\$ 4,00 e agora está em média a R\$45,00/botijão); Instalação de um milhão de "Aquecedores Solares de Água", de baixo custo, experiência comprovada que permite reduzir em 25% o consumo de energia de uma residência; Redução e fim dos aumentos nas tarifas de energia elétrica

9 Aprovação, pela Câmara dos deputados, do projeto já aprovado no senado, que determina a desapropriação das fazendas com trabalho escravo. No último ano, a Polícia Federal encontrou trabalho escravo em 240 fazendas, em todo país.

10 Impedir o projeto de lei proposto pelos ruralistas, que permite esterilizar as sementes, na técnica do terminator, para que as empresas transnacionais tenham controle de todas as sementes transgênicas.

11 Reconhecimento imediato e legalização das terras historicamente ocupadas pelas comunidades quilombolas, rebeirinhas e povos indígenas.

CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS EM DEFESA DA VIDA

1 Exigimos que o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o Banco Central determinem, no Manual de Crédito Rural e nos Planos Safra, a proibição de utilização dos Créditos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para a aquisição de agrotóxicos, incentivando a aquisição/ utilização de insumos orgânicos e a produção de alimentos saudáveis;

2 Exigimos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA a reavaliação periódica de todos os agrotóxicos autorizados no país, além de aprofundar o processo de avaliação e fiscalização à contaminação de água para consumo público e ampliar os alimentos avaliados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos - PARA;

3 Que os governos estaduais e municipais, através das assembleias legislativas e câmaras de vereadores proíbam o uso de aviões para passar venenos, que são incontroláveis e causam enormes problemas de saúde pública. Como já está proibido na maioria dos países da Europa.

4 Que o Ministério da Saúde organize um novo padrão de registro, notificação e monitoramento no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS, dos casos de contaminações por agrotóxicos, seja nos

casos agudos decorrentes do uso de agrotóxicos, seja no caso de enfermidades decorrentes de sua contaminação por água, meio ambiente ou alimentos, orientando a todos profissionais de saúde, para esses procedimentos;

5 Que haja fiscalização por parte do governo, IDEC e PROCON para que se cumpra o código do consumidor, garantindo que todos os produtos alimentícios apresentem no rótulo que foi usado agrotóxico na produção, e se contem transgênicos, como determina a lei, dando opção ao consumidor de optar por produtos saudáveis;

6 Aumentar a fiscalização do Ministério do Trabalho e demais órgãos responsáveis às condições de trabalho dos trabalhadores expostos aos agrotóxicos, desde a fabricação na indústria química até a utilização na lavoura;

7 Exigir que os Ministérios Públicos Estaduais e Federal, e organismos de fiscalização do meio ambiente fiscalizem com maior rigor o uso de agrotóxicos e as contaminações decorrentes no meio ambiente, solo, vertentes, correios, rios e o lençol subterrâneo de água etc;

8 Exigir dos governos estaduais a retirada de isenções fiscais, em especial ICMS e incentivos dados à produção, importação e comercialização de agrotóxicos.

Brasil, 23 de Agosto de 2011.

Movimentos sociais da VIA CAMPESSINA BRASIL